

DO SUJEITO DA SINTAXE AO SUJEITO DO DISCURSO: UMA APLICAÇÃO DIDÁTICA

Marilena Inácio de Souza – UNEMAT
marilena-souza@uol.com.br

Resumo: Este artigo pretende, por um lado, verificar como a língua em funcionamento preciso de enunciação concorre para que o sujeito da ação verbal possa se apagar em função de uma forma lexical nominal determinada pelo sujeito do discurso, por outro, apresentar possibilidades didáticas de trabalhar, em sala de aula, com uma visão discursiva da linguagem, considerando não apenas o sujeito gramatical, mas, sobretudo, os efeitos de sentidos produzidos pelo sujeito do discurso ao escamotear-se por meio de alguns fenômenos de sintaxe. Para ilustrarmos o que estamos falando, apresentamos algumas manchetes presentes nas primeiras páginas do jornal *A Folha de S. Paulo* e as interpretamos linguístico-discursivamente. Trabalhamos no limite entre o discurso e a língua para trazer à tona a rede de implícitos, o *pré-construído* que sustenta o discurso que se evidencia nas manchetes em questão. Para tal, tomamos por base os postulados teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação francesa, teoria da linguagem que busca evidenciar que o sentido possui uma relação de imbricamento com a história. Evidenciamos que a linguagem não ocorre em um vácuo social e que, portanto, textos orais e escritos não têm sentido em si mesmos, mas são os interlocutores situados no mundo social com suas ideologias, valores, projetos políticos, histórias e desejos que constroem seus significados para agir na vida social. Essa teorização tem uma implicação prática, porque possibilita trabalhar em sala de aula com uma visão de linguagem que fornece artifícios para os alunos aprenderem, na prática escolar, a compreender os discursos que circulam atualmente na nossa sociedade.

Palavras-chave: sujeito; discurso; efeito de *pré-construído*.

Introduzindo a reflexão

Este estudo parte do pressuposto de que a partir da entrada do Neoliberalismo no nosso país surgiram novos discursos, tendências discursivas, que influenciaram tanto o dizer quanto as formas de dizer. Para constatar a presença dessas tendências discursivas na língua, selecionamos um conjunto de enunciados constitutivos de manchetes do jornal *A Folha de S. Paulo* desde os anos de 1970 até os anos de 2006. Buscamos descrever e interpretar a materialidade linguístico-discursiva desses enunciados, examinando os mecanismos sintáticos e o funcionamento enunciativo em questão. A nossa análise passa pelo crivo do conceito de *pré-construído*. Ou, dizendo de outro modo, trabalhamos no limite entre a língua e o discurso, procurando pôr em evidência “a construção anterior, exterior mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado”. (PÊCHEUX, 1995:99)

O caráter de complexidade, por nós assinalado, decorre do fato de que as sequências discursivas, ao longo do tempo, passaram por certas reestruturações sintáticas. Observamos que após a entrada do sistema neoliberal em nosso país a forma de apresentação do sujeito da sentença passou por algumas reformulações sintáticas: o sujeito agente, que antes assumia a responsabilidade do seu dizer, agora encontra-se escamoteado pelo efeito da nominalização, ou cede lugar a um sujeito inanimado. Isso implica dizer que o discurso explícito nas manchetes é apreendido no social e cuja compreensão coloca em evidência aspectos ideológicos e históricos próprios à existência dos discursos nos diferentes contextos. Logo, podemos ponderar que a língua é influenciada por mudanças sociais e culturais, neste caso em específico, denominadas de globalização e, seu discurso de base, o discurso neoliberal.

Não estamos negando o fato de que a nominalização é um recurso característico da língua, mas ponderando que esse recurso tem se manifestado nas formas discursivas com um objetivo em específico: acentuar os discursos típicos da política neoliberal, tornando isentos, de qualquer responsabilidade que suas ações possam causar, os sujeitos do discurso. Acreditamos que o discurso que sustenta as sequências discursivas nominalizadas emana da exterioridade linguística, do social, das posições ideológicas dos sujeitos discursivos. Essas posições, por sua vez, se divergem devido à coexistência de diferentes discursos, implicando diferenças quanto à inscrição ideológica dos sujeitos e grupos sociais em uma mesma sociedade, daí os conflitos, as contradições, pois o sujeito, ao mostrar-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outros, enuncia a partir dessa inscrição; de sua voz emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas linguísticas enunciadas.

Dito de outro modo, na base dos discursos transcritos nas manchetes de jornais, em que o sujeito da ação é escamoteado, encontra-se um discurso que “foi pensado antes, independentemente, em outro lugar”, que lhe dá sustentabilidade e, ao mesmo tempo, se sustenta enquanto discurso hegemônico.

1. Do sujeito da sintaxe ao sujeito do discurso

Somos sabedores de que existe na língua portuguesa falada e escrita no Brasil uma definição cristalizada sobre a função sujeito: “o sujeito é aquele que pratica a ação verbal”. Esta forma de conceituar o sujeito corresponde à concepção prototípica de sujeito, isto é, o sujeito é o ser agente. Entretanto, nas sentenças em que há a nominalização, o sujeito não pratica nenhum tipo de ação; ele ocupa o lugar destinado para tal, mas, por não ser um ser “agente”, não pode assumir o papel de sujeito da ação expressa pelo verbo. Vejam:

- (01) “Ataque com gás intoxica 400 pessoas no Japão”. (20/04/1995)
- (02) “Rebelião na Praia Grande faz 3 mortos”. (13/05/1997)
- (03) “Reação em cadeia faz banho de sangue”. (28/10/1997)
- (04) “Revolta pára Argentina e leva De la Rúa à renúncia”. (27/12/2001)
- (05) “Correção da tabela do IR vai incluir as deduções”. (30/12/2004)
- (06) “Reunião mantém indefinições sobre o gás”. (05/05/2006)
- (07) “Endividamento chega ao limite e inibe crescimento”. (20/08/2006)

Aula de Português: tal sujeito, quais linguagens?

UESC
ILHÉUS
BAHIA
BRASIL

19 a 21
MAIO
2008

III Seminário
de Língua Portuguesa
e Ensino

I Colóquio
de Linguística,
Discurso e
Identidade

Em nenhuma dessas frases encontra-se o sujeito “agente”, capaz de praticar as ações expressas nos enunciados. Em seu lugar, aparecem formas lexicais nominalizadas, que, devido ao seu caráter anafórico, retomam um discurso “já dito”. Esse discurso, embora não faça parte da estruturação intratextual, participa, como memória, de sua organização. A nominalização veicula um conteúdo já dito. Assim, em: *Ataque com gás intoxica 400 pessoas*, pressupõe que 400 (quatrocentas) pessoas foram intoxicadas; *Rebelião na Praia Grande faz 3 mortos*, implica em dizer que 3 (três) pessoas morreram na rebelião; *Reação em cadeia faz banho de sangue*, pressupõe que um banho de sangue foi feito; *Revolta pára Argentina e leva De la Rúa à renúncia*, pressupõe que De la Rúa renunciou; pressupor, no sentido aqui defendido, é apontar para um discurso anterior, *pré-construído*, que se inscreve na formação discursiva da qual ele deriva. A ilusão de objetividade referencial, advinda dessa estratégia, decorre exatamente do fato de que os referentes, resultantes do processo de nominalização, foram construídos “fora”, em um discurso anterior, de responsabilidade pública.

O fenômeno da nominalização, não permite que identifiquemos os sujeitos envolvidos e citados, tampouco permite que descubramos o grau de engajamento existente entre eles. Isso porque, ao transformar as ações de indivíduos, reais ou possíveis, em sintagmas nominais incapazes de agir no mundo, o sujeito do discurso tem como objetivo se descomprometer, não se responsabilizar por tais ações.

Podemos dizer que a nominalização do sujeito é um fenômeno linguístico-discursivo que neutraliza ou deixa indeterminadas as relações intersubjetivas. Esse fenômeno se constrói, conforme já dissemos, por meio de um discurso *pré-construído*, um objeto do mundo, “já lá” preexiste ao discurso que vai servir para instanciar um lugar na forma-sujeito em que todas as suas condições de produção foram apagadas. A nominalização produz, assim, um efeito de evidência no enunciado: apresenta-se como sendo algo incontestável e, ao mesmo tempo, torna isento o sujeito do discurso, isto é, o jornal, *A Folha de S. Paulo*, de qualquer responsabilidade que ele enuncia. Tal apagamento induz a um complexo efeito de retorno, misturando diversas posições sociais e ideológicas com a posição passiva do sujeito discursivo.

Há, com esse fenômeno, uma ruptura, estabelecida pelo sujeito do discurso, no sentido de ausência de alteridade entre o sujeito do discurso, de um lado, e aquilo que ele enuncia como sendo incontestável, de outro. Dito de outro modo, o sujeito que, de fato, executa a ação verbal e aquele que aparece como evidente no enunciado não são os mesmos: longe de ser a fonte do sentido, a origem da formulação, de reivindicar para si a autonomia dos seus atos, os termos nominalizados: “ataque”, “rebelião”, “reação”, “revolta”, “conflito”, “correção”, “reunião” e “endividamento”, são apenas o porta-voz ou o porta-pluma dos enunciados em questão.

A nominalização é a prova de que a definição morfológica das categorias gramaticais é uma máscara para o comportamento de certas unidades lexicais, pois o sintagma nominalizado tem uma vestimenta de nome, mas não é nome, uma vez que designa uma ação. Assim, podemos dizer que nas sentenças anteriormente apresentadas os sintagmas nominais “ataque”, “rebelião”, “reação”, “revolta”, “conflito”, “correção”, “reunião” e “endividamento” representam respectivamente o ato de atacar, de rebelar-se, de reagir, de revoltar-se, de conflitar, de corrigir, de reunir, de endividar. O sintagma nominal que contém a nominalização não é um objeto, como por exemplo: “lápiz”, “caderno”, “borracha”, “bombas”, mas são ações ou possíveis ações de indivíduos; modo de processo ou possíveis modos de processo de ações de indivíduos. Isso ocorre porque a forma lexical nominalizada

origina-se de um verbo, por isso, explicita a ação e não quem a praticou, como no caso dos sintagmas nominalizados presentes nas sentenças analisadas: ataque/atacar; rebelião/ rebelar; reação/reagir; revolta/revoltar; etc., São formas deverbais, desprovidas de vontade que, para se constituírem enquanto sujeito, precisam assujeitar-se não só a língua, mas à ideologia das práticas sociais em que estão inseridas.

A nominalização é, assim, um fenômeno linguístico-discursivo que joga com os sujeitos do discurso, suas ações, ou possíveis ações, seu modo de ação ou seu possível modo de ação; o resultado de suas ações ou possível resultado de suas ações no mesmo plano dos objetos. Por isso, ações dos sujeitos, projeções das ações dos sujeitos, possíveis ou imaginárias, são transformadas pelo sujeito do discurso, nesse caso, o jornal *A Folha de S. Paulo*, em sintagmas nominais cuja função principal é escamotear o agente da ação verbal expressa no enunciado.

A nominalização do sujeito é, dessa forma, uma construção exemplar para mostrar a relação entre o discurso presente na linguagem e o discurso situado num “fora”, mas que é trazido à discussão pelas malhas da interdiscursividade. Por meio desse fenômeno podemos mostrar como o significado se constrói na e pela linguagem nas diversas práticas sociais, já que o significado de um enunciado não se constrói nem em um pontuar direto com a realidade, nem a linguagem é um mecanismo desvairado de criação de mundo e realidade, mas existe entre esses dois extremos uma espessura em cujo interior o sujeito do discurso trabalha a relação consigo próprio e com o outro, construindo o seu lugar no mundo. Interessantemente, um efeito de sentido semelhante pode ser obtido nas sentenças em que um sujeito inanimado vem ocupar o lugar do sujeito da oração. Observemos:

- (08) “Supermercados de SP aceleram as remarcações”. (12/02/1990)
- (09) “Aviões bombardeiam Bagdá”. (17/01/1991)
- (10) “Empresas de ônibus violam contrato em SP”. (12/06/2000)
- (11) “Tribunal de contas aponta problemas em obras no Tietê”. (06/06/2005)
- (12) “Bombas em trens matam 179 na Índia”. (12/07/2006)
- (13) “Indústrias planejam cortar empregos”. (13/01/2006)

Uma espiada no dicionário impresso de língua portuguesa, Houaiss (2004), nos mostra que os verbos “acelerar”, “bombardear”, “violar”, “explodir”, “apontar”, “ameaçar”, “matar”, e “planejar” se constroem com um sujeito animado, um agente dotado de vontade, de sentimentos, de intenções. Como nos casos em que há a nominalização, também aqui, esse sujeito não se evidencia, em seu lugar aparece formas lexicais inanimadas, apagando, assim, o agente da ação representada no enunciado. Esse apagamento induz a um complexo efeito de retorno, misturando diversas posições sociais e ideológicas com a posição passiva do sujeito discursivo.

Essa falta de comprometimento com o que se diz é frequente nas práticas discursivas do regime neoliberal. São formas discursivas saturadas pelo consenso ideológico que estabiliza a sua referência do discurso. Por um lado, as relações discursivas que são óbvias, e, de outro, os nomes frequentemente determinados e amiúde pouco tematizados, ou seja, o que deve ser definido ou explicado: as palavras e as proposições sempre a ser definidas: (08) “Supermercados aceleram...”; (09) “Aviões bombardeiam...”; (10) “Empresas de ônibus violam ...”; (11) “Tribunal de contas aponta...”; (12) “Bombas em trens matam...”; (13) “Indústrias planejam...”. E igualmente, as noções a serem reinterpretadas, as palavras a serem

arrancadas de seu senso comum: para supermercados, comerciantes; para aviões, presidente George W. Bush; para empresas, os empresários; para tribunal de contas, os superintendentes; para bombas, pessoas ligadas ao grupo ETA; e, para indústrias, os donos das indústrias, os empresários.

A organização lexical e sintática dos fenômenos apresentados deixa aparecer, segundo Courtine (2006:100), um fator essencial ao qual toda análise de discurso se encontra confrontada: “que as palavras possam, por vezes, revestir o mesmo sentido, que outras vezes, elas possam mudar o sentido, em função das posições daqueles que as empregam”. A nominalização do sujeito e as construções com sujeito inanimado, por exemplo, criam zonas de neutralização discursiva, nas quais as palavras parecem tomadas num consenso geral, isto é, denotam ter o mesmo sentido para todos, zonas de constituição e de fechamento de um saber, em que os conceitos recebem sua definição, zonas cujas contradições aparecem, nas quais as palavras são postas em risco, posições das quais é preciso se apoderar para reatualizá-las a seu favor.

1.1 O efeito de pré-construído: um referencial teórico-analítico poderoso

Conforme já evidenciamos, o fenômeno da nominalização do sujeito tornou-se mais evidente na língua, a partir da disseminação do discurso produzido nas práticas político-econômicas do sistema neoliberal. Compreender como esse discurso se materializa nas formas linguísticas requer que aceitemos como pertinente a citação de Courtine (2006): “o discurso político é um lugar de memória”. Para este autor, há no discurso político um sistema de conservação do arquivo, uma rede de difusão que permite fazer ressurgir os enunciados, tornando-os, uma vez mais, disponíveis, quando as necessidades de luta os reclamarem. Assim, há enunciados que permanecem em vigília, dos quais podemos até perder a memória, e que, no entanto, não estão dissipados, podendo reaparecer, quando for necessário. Em contrapartida, existem outros repetidos sem interrupção, que, de repente, desaparecem, sem praticamente deixar vestígios. Frequentemente, eles são os mesmos.

Essa memória “pletórica” e lacunar é, segundo Courtine (2006), um traço característico de todas as organizações concebidas sobre um modelo político. De acordo com Courtine (2006:88), na política, “a memória é um poder: ela funda uma possibilidade de se exprimir, ela abre um direito à fala, ela possui, até mesmo, um valor performativo de proposição eficaz”. Nas organizações políticas, os enunciados são recobertos com o peso da tradição, que os inscrevem numa série de sentidos e de razão, que ancora a volatilidade das palavras com o chumbo da lembrança.

Além da memória de uma organização, o discurso se pretende ainda depositário daquela de toda uma comunidade de fala; ele é seu patrimônio verbal, “a herança das lutas” conduzidas em seu nome, a recolha de um saber dos combates travados e da experiência adquirida. O discurso torna-se legítimo por falar em nome da história. Em qualquer tipo de organização política a história tanto política quanto cultural tem valor sublimar. A história é um fator essencial tanto da identidade coletiva quanto da individual. Ela é capaz de reunir um grupo social em torno de valores comuns, constituir uma força política e uma influência cultural consideráveis, ultrapassar o seu lugar de origem, consolidar identificações por todos os lados, promover sentimentos de pertencimento, assim como traçar demarcações e suscitar antagonismos.

As formas da memória política se inscrevem nas modalidades de existência do enunciado. Alguns discursos devem poder ser lembrados, repetidos, e isso constringe consideravelmente sua forma. Para enfatizar essa peculiaridade do discurso político, Courtine (2006) reporta-se a Foucault (2000: 22) que argumenta: “discursos que estão na origem de um certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer”.

Consideramos, assim, todas as formas de discurso citado por meio das quais se materializam as remissões de discursos a outros discursos. Conforme Courtine (2006), isso se faz necessário porque “é preciso situar a observação do “fio vertical” do discurso sobre uma multiplicidade de enunciados desnivelados e numa pluralidade de funcionamentos sintáticos”. Dessa forma, submetemos os enunciados em análise ao crivo do conceito de *pré-construído* e encontramos, no domínio de memória do discurso nominalizado das seqüências discursivas tomadas como estudo, o que Courtine (2006) chama de “formulações origem”. Entre essas formulações, e os discursos que os retomam, descobre-se sob a imediatez de uma lembrança, sob a anulação da distância interdiscursiva que constitui os efeitos imaginários próprios do discurso direto, toda espessura de citações e remissões. Courtine cita Foucault (2000: 24-25), ao observar que as remissões se interpõem entre o “desnível do texto primeiro (...), sua permanência que funda uma possibilidade aberta de falar” e o texto que cita. Nas palavras de Courtine,

as formulações-origem derivam, assim, num trajeto complexo no seio da espessura estratificada da formação discursiva; durante o percurso, elas se transformam, se entrecortam, se escondem, para ressurgir adiante; por vezes esfuma e desaparecem. (COURTINE, 2006:91)

Assim, enunciados como: “Os presos rebelam-se na Casa de Detenção”. (21/03/1985), em que o sujeito discursivo apresentava diretamente o sujeito agente da ação na seqüência discursiva, vai ceder, progressivamente, o lugar para um sujeito que se escamoteia, esconde-se nas malhas da interdiscursividade, como por exemplo em: “Rebelião na Praia Grande faz 3 mortos”. (13/05/1997)

Nessas sentenças, há uma diferença significativa quanto à atitude do sujeito discursivo face ao que enuncia. Na primeira, o sujeito discursivo apresenta explicitamente o sujeito da ação realizada na sentença, por isso, sabemos quem se rebelou. Ao passo que na segunda, o sujeito que, de fato, executa a ação não aparece. Em seu lugar, encontramos a forma nominalizada: “rebelião”. É como se a “rebelião” pudesse existir independentemente da ação de um ser humano. O que pode estar em jogo nessa sentença não é a saturação, o preenchimento do sentido do termo “rebelião”, mas que ela deixou três mortos na Praia Grande. Podemos até questionar quem são os responsáveis pela rebelião, contudo jamais poderíamos questionar que ela fez três mortos.

Essa “função vazia”, indiferentemente aos sujeitos enunciadores que vêm preenchê-la, é o lugar do sujeito “universal” próprio de uma formação discursiva determinada, a instância a partir da qual se pode enunciar um discurso já consolidado para todo o sujeito enunciadore que venha se situar em um lugar determinado, inscrito naquela formação discursiva na ocasião da formulação. É o ponto em que se ancora a estabilidade referencial dos elementos de um saber, esse lugar, assim, é vazio apenas na aparência: ele é preenchido de fato pelo sujeito de saber próprio de uma formação discursiva dada e existe na identificação pela qual sujeitos

enunciadores encontram aí os elementos de saber *pré-construídos* dos quais se apropriam como objetos de seus discursos, assim como as articulações entre esses elementos de saber que asseguram uma coerência intradiscursiva a seu propósito.

É nesse sentido que se pode dizer que o sujeito do segundo enunciado está em “descontinuidade com ele mesmo” em toda formulação, o sujeito enunciador “reencontra” o sujeito de saber, em sua ignorância, mesmo sem o saber, sob forma de *pré-construído* e de articulação de enunciados, e as modalidades desse reencontro variam ao longo da formulação. Reinterpretamos as sentenças em que o sujeito encontra-se nominalizado assim: “Rebelião na Praia Grande faz 3 mortos”, o sujeito enunciador aí se apaga, no prefácio, na sua relação com o sujeito de saber para desaparecer por detrás do sujeito de saber no corpo do enunciado. Estamos aqui no domínio da forma-sujeito, ou mais precisamente, do desdobramento da forma-sujeito. Em “Os presos rebelam-se nas Casas de detenção” o sujeito está identificado, por isso supõe-se que o sujeito do discurso leva em conta os conteúdos que propõe, o outro, da segunda sentença, não é mais identificável ao locutor e assume, a partir desse fato, o estatuto de “sujeito universal”. Os conteúdos relacionados a esse segundo sujeito, *pré-construídos*, parecem investir-se dessa espécie de evidência que é o atributo do sujeito dito “universal”. Concebemos uma posição de sujeito como uma relação de saber de uma formação discursiva dada. Essa relação é uma relação de identificação, cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso.

Essa forma discursiva vai pouco a pouco suplantar as formas em que o sujeito agente se dá como evidente, principalmente em função de uma política cujo objetivo é desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções definidas, que delimitassem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. Essa nova prática político-econômica muda não só a forma de pensar e agir dos sujeitos discursivos, mas também as formas do dizer. Enunciados em que o sujeito se apresenta como autor da ação verbal são, a cada vez mais, evocados com grandes precauções verbais, com um cuidadoso distanciamento, ou, simplesmente, são silenciados. Retomamos algumas das sentenças em que há nominalização do sujeito para exemplificar melhor essa questão:

- (03) Decisão de lordes limita acusações contra Pinochet. (25/03/1999)
- (04) “Rebelião na Praia Grande faz 3 mortos”. (13/05/1997)
- (05) “Reação em cadeia faz banho de sangue”. (28/10/1997)
- (06) “Revolta pára Argentina e leva De la Rúa à renúncia”. (27/12/2001)
- (07) “Correção da tabela do IR vai incluir as deduções”. (30/12/2004)
- (08) “Reunião mantém indefinições sobre o gás”. (05/05/2006)
- (09) “Assalto do BC pagou dívida do PCC”. (12/06/2006)

É como se o sujeito dessas seqüências discursivas tivessem autonomia, vontade própria e pudessem por si só praticar as ações representadas nos enunciados. Sabemos que isso não é possível, pois os termos dados como sujeito são ações, atos que já foram realizados. Isso implica dizer que o sujeito nominalizado não pode se responsabilizar pela ação dada como evidente no enunciado, pois, por meio da nominalização do verbo sobre qual se constituiu, já representa essa ação. Nessas sentenças, não aparecem, na posição de sujeito agente, um sujeito humano, um ente palpável ou uma determinação mais clara dos envolvidos no fato, por exemplo. Fazer isso, humanizaria a informação e daria nomes aos verdadeiros responsáveis da realidade. Mas tal preenchimento não se efetiva, pois os elementos “decisão”

“rebelião”, “reação”, “revolta”, “correção”, “reunião”, “assalto” aparecem construídos nos enunciados em questão como uma evidência iniludível. Como já dissemos, essas práticas de discurso produzem, entre outros sentidos, o de processo sem ser humano na posição de sujeito da oração. É como se as coisas acontecessem naturalmente numa espécie de narrativa ininterrupta, sem que tivesse havido qualquer tipo de ação deliberada ou disputas por parte dos sujeitos sociais.

Na verdade, essas seqüências discursivas são, no contexto que promoveu a enunciação, a memória das linhas unitárias de um discurso primeiro, um discurso inscrito nas práticas discursivas neoliberais. Por meio dessa memória, resgatamos no encadeamento interdiscursivo, a “formulação-rigem” dos enunciados em questão. Isso é possível porque

cada discurso particular é, na ordem da citação absolutamente ao mesmo tempo, instauração de um estreito lugar com seu domínio de memória: (...) e, simultaneamente, trabalho seletivo, opaco, de deslinearização, de bloqueio e de apagamento. Se o discurso é um lugar de memória é porque ele traz o vestígio, inscrito nas suas formas, das flutuações e das contingências de uma estratégia; a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas rupturas. (COURTINE, 2006: 91-92)

A deslinearização das sentenças citadas restitui sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado. A nominalização do sujeito apaga, como vemos, as marcas que permitiriam identificar os verdadeiros agentes da ação representada nos enunciados. Mas, o desdobramento de suas formas nos permite identificá-los. Tal identificação só é possível porque o discurso neoliberal, em momentos precisos de enunciação, se inscreve nas diversas formações discursivas, produzindo uma identidade linguageira que traça múltiplas demarcações: entre conceitos “científicos” e noções ideológicas, vocabulário mercadológico e a democratização e tecnologização do léxico. Isso implica que há nas seqüências discursivas nominalizadas um discurso organizado sob a forma de memória, de uma estruturação do enunciado que liga todo o acontecimento a uma interpretação, já produzida, relacionando toda fala à citação de um enunciado anterior, a um estado passado em que o discurso primeiro foi construído. Compreendemos que a própria estrutura do discurso seja inteiramente mobilizada a favor das formações discursivas em que são produzidas.

Numerosas formulações do discurso neoliberal são, assim, objetos de uma retomada em enunciados cujos sujeitos da oração encontram-se nominalizados ou vem representado por um ser inanimado. Esses redizeres apagam, com o desaparecimento das marcas sintáticas do discurso citado, o traço de qualquer desnivelamento discursivo.

Subjacente a essas formulações existe um discurso maior, neoliberal. Com seus efeitos de autoridade, esse discurso submete aqueles que vêm enunciá-lo à voz sem nome de um mestre, neutro, universal, anônimo; o apagamento de si que está aí implicado, essa modalidade particular da divisão subjetiva na qual o que funda o discurso que o sujeito falante sustenta é, ao mesmo tempo, aquilo que o desapossa; a hierarquização e a monopolização de uma fala legítima para toda uma nação submetida a um regime sócio-político-econômico que induz, nas seqüências discursivas estudadas, a memorização pela recitação, que restringe o afastamento possível apenas ao comentário.

A memória neoliberal, quando examinada nas discursividades que, ao mesmo tempo, a organizam e a refletem, se inscreve assim numa política do texto aprendido, da posição sabida, do verso repetido. Ela tende a conjurar os acasos do discurso pela reiteração do idêntico, pelo eterno retorno do mesmo. Ela privilegia, assim, as formas discursivas da repetição (citação, recitação, comentário) e os mecanismos linguísticos da ligação, do encaixamento, do encadeamento. Observamos esse fenômeno discursivo na formação dos elementos *pré-construídos* do discurso no desnivelamento interdiscursivo. Como já evidenciamos, os pré-asseridos são esses materiais discursivos que fornecem a base lexical e sintática de constituição de enunciados nas séries de formulações. Como nos exemplos arrolados em que o encadeamento de uma formulação anterior nominalizada numa formulação ulterior produz um efeito de cadeia na série e permite a articulação de umas nas outras em discursos diacronicamente dispersos.

Compreender o *pré-construído* subjacente às essas construções nominalizadas exige que façamos a de-superficialização, o desdobramento dos enunciados, explorando a rede de palavras nas condições contextuais e sintáticas em que elas foram empregadas. Essa não é uma tarefa tão simples quanto parece ser, pois, segundo Courtine (2006), ao fazer isso, temos a impressão de decifrar uma espécie de cartografia do discurso. Courtine argumenta que essa cartografia

possuiria partes comuns, pacificadas, em que cada um poderia se reconhecer como estando em sua casa e agir de acordo com a sua vontade; territórios hermeticamente fechados, cuidadosamente protegidos, propriedades de um único dono; e terrenos conflituosos, tipos de campo de batalhas lexicais, nos quais a luta ideológica atinge sua maior violência. (COURTINE, 2006:101)

De fato, o espaço de confronto em que são produzidos os enunciados nominalizados é fechado, por isso as forças intersubjetivas não podem ser medidas. A asserção elide sobre a proposição e oferece um significado pronto. As proposições são pré-assertadas, por isso os enunciados nominalizados tornam-se fechados e não há espaço para uma eventual contradição. A asserção, na qual poderia eclodir a contradição, é, como a própria pessoa do assertor, infinitamente fugidia. Entretanto, os recursos extralinguísticos nos fornecem dados para de-superficializar essas formas, fazendo emergir o que está em sua constituição.

Fazer emergir o *pré-construído* das seqüências discursivas nominalizadas é essencial à sua compreensão, pois os usos linguísticos não têm sentido em si mesmos. Numa análise estrita do formal, os enunciados apresentados seriam uma espécie de aerólito miraculoso e a língua uma variante antropológica a-histórica. Apagar a dimensão histórica e pragmática da língua é sonegar que, nesses usos, há interlocutores (jornalistas e leitores) e estes são situados na sociedade, inoculados de historicidade com suas ideologias, projetos políticos, histórias. Sobretudo, é sonegar que eles constroem seus significados a partir de algo que foi pensado antes, independentemente deles, com o objetivo de agir na sociedade.

De acordo com o exposto, podemos asseverar que o sintagma nominal que contém a nominalização, em suas mais variadas formas internas, e que ocorre em contextos diversificados, apresenta sempre uma ambigüidade constitutiva. Essa ambigüidade origina-se no transporte de uma informação que estava “fora” do texto, isto é, faz parte de um discurso maior, exterior, originário de uma prática política, social e, sobretudo, ideológica. No caso

dos enunciados apresentados, acreditamos que esse “fora”, situado antes, por alguém, em algum lugar, teria origem no discurso neoliberal. Esse discurso é retomado e age de “fora” para dentro do espaço dos enunciados nominalizados. Nesse movimento de um “lugar” para o “outro”, alguma especificação necessária à sua compreensão não-ambígua se perdeu, ou nunca existiu. O novo enunciado que acolhe a nominalização pode permitir a restituição dessa especificação “perdida”, como ele pode também manter a ausência de especificação, porque talvez ela não tenha nunca existido, ou, ainda, nunca se quis que ela existisse.

Esse novo enunciado funciona, portanto, como memória da formação discursiva que o produziu, por meio dessas diferentes formas de repetição, de citação e de paráfrase. O discurso nominalizado constitutivo das manchetes do jornal é reiteração, lembrança, reprodução, repetição na ordem de uma memória plena ou saturada; mas, ele é também vazio, vácuo, inconsciência, repetição na ordem de uma memória lacunar: uma política do esquecimento. Esses dois processos, assevera Courtine (2006:97), estão ligados: “no eterno incessante fechamento dos ‘furos de memória’, uma repetição que vem se produzir sobre o próprio lugar de uma causa que se cala ou que se ignora”.

Nesse sentido, reafirmamos que o sujeito discursivo é interpelado pela ideologia, condição indispensável para ser sujeito. Ser assujeitado significa antes de tudo ser alçado à condição de sujeito, capaz de compreender, produzir e interpretar sentidos. Esse mesmo sujeito, ao assujeitar-se, é afetado pela formação discursiva onde se inscreve, ao mesmo tempo em que a afeta e determina o seu dizer. Acreditamos que o efeito-sujeito dos enunciados nominalizados arrolados, no decorrer deste estudo, é o resultante desse processo de assujeitamento produzido pelo sujeito em sua movimentação dentro de uma dada formação discursiva, que produz, sob o modo do como o dissemos, como qualquer um sabe, pode ver, uma retomada lateral do que se sabe de um outro lugar, um “retorno do saber no pensamento”.

Estamos afirmando que o sujeito do discurso, ao mostrar-se, inscreve-se num espaço socioideológico e não em outros, enuncia a partir de sua inscrição ideológica, de sua voz emanam discursos, cujas existências encontram-se na exterioridade das estruturas linguísticas enunciadas. Porém, o social e o ideológico que possibilitam falar em discursos, assim como o discurso, têm existência na História. Por isso, pensamos as formas nominalizadas em seus processos histórico-sociais de constituição. Isto equivale a dizer que as transformações históricas possibilitam-nos a compreensão dos discursos, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão.

1.3 Um breve efeito de fim

No decorrer deste estudo, visamos compreender alguns dados linguísticos em seu duplo funcionamento: linguístico e discursivo, bem como procuramos analisar como a língua em funcionamento preciso de enunciação concorre para que o sujeito da ação possa se apagar em função de uma forma lexical nominal determinada pelo sujeito discursivo. Enfatizamos os fenômenos linguístico-discursivos em que há o funcionamento linguístico da desresponsabilização do sujeito da ação no sujeito do enunciado, tais como a nominalização do sujeito e as construções sintáticas com o sujeito inanimado. Verificamos, ainda, as relações que esse sujeito estabelece com o que enuncia, e o relacionamos com o sujeito ideológico das práticas discursivas do regime neoliberal.

Em nossas análises, lembramos Pêcheux (1997:78) para quem “os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentarem imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico”, uma vez que também se encontram aí as condições de produção que envolvem os protagonistas e seus lugares de produção. Por isso, ao analisar o fenômeno da nominalização do sujeito sugerimos que este não seja tratado como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que seja remetido ao conjunto de discursos possíveis. Nas palavras de Pêcheux,

(...) o discurso deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é resposta direta ou indireta, ou do qual ele orchestra os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima e o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado com as deformações que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (PÊCHEUX, 1997: 77)

Isso significa dizer que as palavras adquirem seu sentido em referência as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Logo, acreditamos ser importante que o professor de língua materna ao trabalhar, em sala de aula, as regras de sintaxe leve em consideração que o conceito de sujeito como “ser agente”, não se aplica as sentenças cujos sujeitos estão nominalizados, tampouco as sentenças em que o sujeito é inanimado. Esses, como vimos, por não trazerem um sujeito agente na posição de sujeito discursivo não podem efetivamente praticar as ações deliberadas no enunciado. Portanto, cabe ao professor levar o aluno a perceber que subjacente aos enunciados em que os sujeitos encontram-se nominalizados, bem como nas com sujeito inanimado há um discurso prévio, “já lá”, produzido por alguém, independentemente e em algum lugar. É necessário que o aluno aprenda a fazer o desdobramento de sua organização lexical e sintática, buscando o lugar do discurso que deu origem a sua formulação sintática. Por meio da de-superficialização é possível fazer emergir os embates polêmicos, as contradições históricas nas quais se inscreve os “discursos outros” e delimitar zonas de consenso, linhas de fratura, colocando, mais uma vez, por meio do emprego das palavras e de sua organização sintática, a questão da memória.

Cabe destacar que além do Neoliberalismo outros fatores podem ter influenciado no aparecimento de novas tendências discursivas, o próprio gênero em que elas circulam, por exemplo, contribuiu bastante para que tais tendências pudessem se disseminar. Um outro fator a se considerar é que, ao não evidenciar o sujeito responsável pelas ações dadas como verdades, o jornal *A Folha de S. Paulo* se esquivava de toda e qualquer responsabilidade do que denuncia, evitando assim inúmeros processos.

Logo, é importante salientar que o processo de nominalização do sujeito, presente nas manchetes do jornal *A Folha de S. Paulo* não é um puro efeito de um fenômeno sintático que constitui uma “imperfeição da linguagem” é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta na relação dissimétrica por discrepância entre dois domínios de pensamento, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento

do outro sob a forma do que Pêcheux (1975) chama de *pré-construído*, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Saraiva: 1955.
- COURTINE, J-J. *Metamorfose do discurso político: derivas da fala pública*. trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Claraluz, 2006.
- GADET, F. *As mudanças discursivas no francês atual: pontos de vista da análise de discurso e da sociolingüística*. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L (orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 51-74.
- FERREIRA, M.C. L. *O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil um breve preâmbulo*. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L (orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.
- HOUAISS, A. *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Segmentar ou recortar?* Série Estudos, Uberaba, Faculdade Integrada de Uberaba, 1984.
- _____. *Silêncio e implícito (produzindo a monofonia)*. In: GUIMARÃES, E. (org). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 3ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *Análise Automática do Discurso-(AAD-69)*. In: GADET, F e HAK, T. (orgs). **Por uma Análise Automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 61-162.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. *A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975)*. In: GADET, F e HAK, T. (orgs). **Por uma Análise Automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997. p. 163-252.
- SÉRIOT, P. *Langue russe et discours politique soviétique: analyse des nominalisations*. *Langages*, n. 81. 1986. p. 11-42.